

RESOLUÇÃO Nº 260, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO ARCE Nº 88/2007 QUE REGULAMENTA A IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES À CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ – ARCE, no uso de suas atribuições regimentais, conferidas pelo artigo 3º, incisos XII e XXIV, e artigo 17 do Decreto Estadual no 25.059/98, bem como da competência da ARCE em relação aos serviços de distribuição de Gás Canalizado, conforme disposto nos artigos 6º e 8º, incisos V, VIII e XV, da Lei Estadual 12.786/97 e o Primeiro e Segundo Termos Aditivos ao Contrato de Concessão para Exploração Industrial, Comercial, Institucional e Residencial dos Serviços de Gás Canalizado no Estado do Ceará; e **CONSIDERANDO** que compete a ARCE, no âmbito de suas atribuições de regulação, controle e fiscalização das instalações e serviços de distribuição de gás canalizado no Estado do Ceará, a apuração de infrações e aplicação de penalidades; **CONSIDERANDO** a necessidade de atualização de dispositivos visando o aprimoramento da Resolução Arce Nº 88/2007; **RESOLVE:**

Art. 1º. Acrescentar o inciso XXXI ao art. 4º da Resolução nº 88, de 16 de agosto de 2007, com a seguinte redação:

“XXXI – deixar de instituir Ouvidoria ou de prover condições para seu adequado funcionamento;”

Art. 2º. Alterar os incisos IV; IX; XIII do art. 5º da Resolução nº 88, de 16 de agosto de 2007, que passam a constar com a seguinte redação:

“Art. 5º. (...)

(...)

IV - deixar de dispor de pessoal técnico, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado, treinado e capacitado para a operação e manutenção do sistema de distribuição de gás canalizado, de modo a assegurar a qualidade e a eficiência das atividades, a segurança das pessoas e dos bens, assim como para o atendimento comercial;

(...)

IX - realizar a leitura e faturamento em desconformidade com as disposições legais e regulamentares;

(...)

XIII -deixar de apresentar à Arce, a cada 4 (quatro) anos ou quando solicitado, o Plano de Negócios da concessionária ou documento equivalente, nos termos da normatização regulatória;”

Art. 3º. Alterar o inciso I do art. 6º da Resolução nº 88, de 16 de agosto de 2007, que passa a constar com a seguinte redação:

“Art. 6º. (...)

I - efetivar os registros contábeis em desconformidade com as normas, procedimentos e instruções específicas constantes do Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado;”

Art. 4º. Acrescentar os incisos XX, XXI e XXII ao art. 6º da Resolução nº 88, de 16 de agosto de 2007, com a seguinte redação:

“Art. 6º. (...)

(...)

XX - deixar de prover, nas áreas de risco, em obras e nas instalações do sistema de distribuição, sinalização técnica, bem como avisos de advertências e o isolamento de área afetada por serviços de obra e instalações, de forma adequada à visualização, identificação e segurança para o pessoal da concessionária e terceiros;

XXI - deixar de realizar obras e/ou aquisições de equipamentos essenciais à prestação dos serviços de distribuição de gás canalizado;

XXII - provocar interrupção no fornecimento de gás canalizado ou permitir a sua propagação no sistema de distribuição em decorrência de falha de planejamento ou de execução da manutenção ou operação de suas instalações;

Art. 5º. Alterar os incisos I, III e IV do art. 7º da Resolução nº 88, de 16 de agosto de 2007, que passam a constar com a seguinte redação:

“Art. 7º. (...)

I - criar embaraço ou resistência a fiscalização, emprego de artifício ou simulação com o objetivo de fraudar as disposições legais e regulamentares, e dificultar à fiscalização no acesso às instalações, bem como a documentação e quaisquer outras fontes de informação pertinentes ao objeto da ação de fiscalização;

(...)

III - praticar valores de margem bruta de gás canalizado superior ao teto máximo ou em desacordo com o estabelecido em Resoluções da ARCE ou no Contrato de Concessão;

IV - praticar descontos na margem bruta em desacordo com o estabelecido no Contrato, na lei e na normatização regulatória;”

Art. 6º. Acrescentar o inciso XIV ao art. 7º da Resolução nº 88, de 16 de agosto de 2007, com a seguinte redação:

“Art. 7º. (...)

(...)

XIV - praticar tarifa do uso do sistema de distribuição não compatível com a metodologia e os critérios definidos nas disposições legais e regulamentares;”

Art. 7º. Revogar o inciso VII do art. 9º da Resolução nº 88, de 16 de agosto de 2007.

Art. 8º. A presente Resolução entrará em vigor após sua publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará.

SEDE DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ – ARCE, em Fortaleza, aos 27 de dezembro de 2019.

Hélio Winston B. Leitão

PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR

Jardson Saraiva Cruz

CONSELHEIRO

Fernando Alfredo Rabello Franco

CONSELHEIRO

João Gabriel Laprovítera Rocha

CONSELHEIRO

Matheus Teodoro Ramsey Santos

CONSELHEIRO

* Publicado no Diário Oficial do Estado de 03/01/2020.